



DANIEL CONZI/DC/ABR 97

SEGURANÇA: Cacique Valdo vive cercado por homens de confiança e raramente deixa a reserva indígena

Cacique das denúncias

Ângela Bastos

Em Santa Catarina vivem índios Kaingang, Xokleng e Guarani. A miséria tem sido companheira destes povos, que ao longo dos anos não têm recebido o respeito que merecem. Sem projetos alternativos nas reservas, muitos têm rumado para a cidade. Vendem artesanato, remexem lixo, índias são prostituídas. Os Xokleng de Ibirama até hoje não receberam indenização pela barragem construída em suas terras. Os Guarani do Litoral têm contraído Aids. Crianças Kaingang continuam morrendo de desnutrição e doenças que poderiam ser evitadas se houvesse um mínimo de saneamento.

Se não serve como desculpa para os desmandos de lideranças como do cacique Valdo, a situação dos Índios do Sul permanece oportuna para um debate.

Especialmente num país que faz contagem regressiva para a "descoberta", ignorando a realidade do século 16, quando a costa brasileira começou a ser visitada por navegantes europeus.

Eram cinco milhões de Carijó. Hoje, nos três estados do Sul, estima-se que vivam em torno de 24 mil índios.

No Brasil, calcula a Funai, não passam de 325 mil. Sobrevivem apenas. E não mais dispostos a "trocar apenas espelinhos". Aliás, com quem aprenderam mesmo?

O cacique Valdo Correia da Silva, 42 anos, é um Kaingang desconfiado. Com quase dois metros de altura, fala pouco, evita olhar as pessoas de frente e quase

nunca anda só. Cercado por homens de confiança, raramente deixa a área da reserva. Há dois anos, foi entrevistado para a série Índios do Sul, publicada pelo *Diário Catarinense*. Estava sendo denunciado por crimes de exploração, trabalho escravo, arrendamento de terras, emissão irregular do salário-maternidade, corrupção.

Contra o cacique pesavam também acusações de crime eleitoral - foi vereador pelo PMDB em 1992 - e aliciamento de brancos para formação da "polícia interna". Valdo, como popularmente é

Líder Kaingang do Oeste já foi acusado de explorar trabalho escravo, cometer crime eleitoral e aliciar homens brancos para a formação de uma milícia interna

conhecido, negou tudo. Mas não deixou de fazer represálias contra quem acreditava tê-lo denunciado. "O trabalho do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi por água abaixo", revela uma religiosa da Igreja Católica em Chapecó.

Outras pessoas foram impedidas de entrar na reserva, como pesquisadores das universidades catarinenses ligados à área de antropologia e sociologia.

A reportagem trouxe denúncias de desmandos praticados pela maior liderança da reserva. Liderança esta que, conforme os

próprios Kaingang e Guarani, se mantém pela força. Entrevistas apresentam índias Guarani denunciando a apropriação de cartões magnéticos de aposentados por comerciantes da região, o arrendamento de terras, trabalho escravo, ameaças físicas. "A Funai sabe, a Igreja Católica sabe, na cidade todo mundo sabe", revelou na época a procuradora da República em Santa Catarina, Analúcia Hartmann.

Um dos que admitiram saber foi o então administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Chapecó, Ademir Migliavaca. "Se eu meter a cara, fico sozinho", justificou à reportagem.

Tinha razão. Migliavaca, que hoje trabalha no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), perdeu o cargo.

O cargo de administrador hoje é ocupado por Irani Cunha da Silva. Um dos maiores conhecedores da questão indígena no país, Silva também sabe das denúncias atuais de estupro e homicídio.

A situação é complexa, revela um servidor da Funai em Santa Catarina. As denúncias são feitas contra um índio (não está sujeito ao Código Penal Brasileiro), a princípio eleito pela própria comunidade e que está sob tutela da Funai.

Se comete "exageros" e "submete seu povo à humilhação" é preciso que seja buscada uma alternativa que, em último caso, "não acabe colocando em risco o povo que vive sob o comando", observa o funcionário da Funai.